

RESOLUÇÕES DO XIV CONGRESSO DO PCB

A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil

Introdução

1) A estratégia do partido revolucionário condensa em suas formulações os objetivos de longo prazo da revolução brasileira, os caminhos que deverão ser percorridos, a caracterização do Estado, da estrutura de classe da sociedade e de sua formação sócio-econômica, de forma a identificar quem são os inimigos fundamentais e os aliados estratégicos, bem como as vias do processo de transformação social e as formas de luta que serão desenvolvidas pelas massas ao longo do período estratégico. Portanto, a estratégia revolucionária define o rumo principal que o proletariado deve adotar para derrotar o bloco hegemônico da burguesia e do imperialismo, o caráter da revolução, as tarefas fundamentais do bloco revolucionário do proletariado e a orientação, o controle e a supervisão das ações práticas ao longo deste processo histórico.

2) O objetivo estratégico do Partido Comunista Brasileiro é a conquista do poder político pela classe operária e seus aliados fundamentais, organizados no Bloco Revolucionário do Proletariado, cujo objetivo central é a construção da sociedade socialista, período transitório para a emancipação do proletariado na sociedade comunista. Para os comunistas, a conquista do poder político envolve dois aspectos fundamentais: a) o envolvimento das massas populares como sujeitos da ação histórica para as transformações sociais e políticas; b) a organização e fortalecimento do instrumento político revolucionário capaz de dirigir a disputa pela hegemonia na sociedade, baseado nos princípios do marxismo-leninismo. O Partido Comunista Brasileiro deverá ser consolidado no terreno da luta de classes, com uma plataforma capaz de construir uma alternativa real de poder para os trabalhadores.

3) Isso significa que o Partido trabalhará incansavelmente pela derrota da hegemonia burguesa no Brasil, pela expropriação dos meios de produção capitalista e a construção da hegemonia do proletariado, num processo histórico em que as forças sociais e políticas revolucionárias se empenharão pela formação do Bloco Revolucionário do Proletariado, caminho fundamental para a conquista do poder político no Brasil e para a construção da sociedade socialista. O Partido se apresenta nesse processo como aglutinador da radicalidade da transformação socialista, como instrumento de unidade de ação de todas as forças do Bloco Revolucionário, como formulador de uma política de classe, avançada e independente, que dirija as forças anticapitalistas para a revolução brasileira.

As estratégias revolucionárias ao longo da história

4) A história do PCB se confunde com a busca de uma estratégia para a revolução brasileira. Desde sua fundação, em 1922, nosso Partido tem procurado compreender a formação social brasileira e responder às questões essenciais que nos levariam a formular os caminhos pelos quais poderia passar à revolução socialista. Apesar de inúmeras variações no que diz respeito à via pela qual se desenvolveu a estratégia revolucionária, passando por formas insurrecionais, de acúmulo pacífico de forças de massas, luta sindical, luta armada, resistência democrática e outras, podemos afirmar que predominou, em uma primeira fase da história do PCB, uma estratégia democrática nacional.

5) A estratégia democrática nacional partia do pressuposto de que a formação social brasileira trazia ainda aspectos não capitalistas, entraves ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista que impediam ou dificultavam o advento das condições que tornariam possível uma revolução socialista. Em um primeiro momento, estes entraves foram

identificados como “feudais” ou “pré-capitalistas”, devido à grande prevalência da economia agrária baseada em latifúndios e ao tipo de relações sociais no campo, que transitaram do escravismo sem que passassem de imediato para relações assalariadas capitalistas, permanecendo em formas híbridas como a parceria, o colonato e outras. O segundo entrave detectado seria a dependência do Brasil em relação ao centro dinâmico do capitalismo mundial, inicialmente a Inglaterra e depois os EUA. Tal caracterização levaria a definir uma estrutura de classes na qual o bloco dominante seria composto pelas “elites agrárias” tradicionais, em aliança com o imperialismo, e o bloco popular seria formado pelo proletariado urbano, ainda pequeno, os camponeses, os setores médios e a burguesia nacional com vocação industrial, contra a tradição agrária.

6) Houve alterações significativas de ênfase na centralidade operária, principalmente a partir do final dos anos 1920, quando a Internacional Comunista passou a privilegiar a presença de militantes operários nas direções partidárias, em detrimento da intelectualidade marxista, o que levou ao período do obreirismo. Em outros momentos, a ênfase recaía nos setores médios ou na importância da aliança com a suposta burguesia nacional progressista. No entanto, mesmo nos momentos de maior radicalidade, como na definição do levante de 1935 ou da resistência armada em 1950, não se rompeu a formulação quanto ao caráter democrático burguês da Revolução Brasileira, ou seja, a definição segundo a qual a revolução socialista exigia uma “etapa” democrática que permitiria o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e de um numeroso proletariado urbano capaz de levar adiante as tarefas de uma revolução proletária.

7) O ponto culminante desta estratégia ocorreu na década de 1950 e início dos anos 1960, quando o PCB jogou papel decisivo como Partido que hegemonizou a direção das lutas proletárias no Brasil. Com o golpe civil-militar de 1964, que contou com o apoio majoritário da burguesia brasileira, os elementos centrais da estratégia da revolução democrática nacional foram colocados em cheque. A forma particular do capitalismo brasileiro havia produzido uma estrutura de classes na qual a burguesia mantinha simultaneamente seu caráter dependente e associado, temendo muito mais uma revolução proletária do que uma existência subordinada ao imperialismo. Ao contrário de antagônico à estrutura agrária tradicional e latifundiária, o capitalismo brasileiro, submetido às demandas do capital monopolista internacional, tornava possível uma aliança estratégica entre a burguesia brasileira, o latifúndio monoexportador e o imperialismo.

8) O Estado brasileiro desenvolveu-se neste quadro buscando uma forma adequada às exigências do modo de produção capitalista. É necessário diferenciar a forma e o conteúdo do Estado. A forma depende diretamente da composição histórica das classes e da dinâmica da luta política, ao passo que o conteúdo do Estado se determina pelas relações sociais de produção, formas de propriedade e interesses de classe que, em última instância, acabam por se impor. Neste sentido, o Estado brasileiro foi assumindo um caráter burguês, na medida em que as relações assalariadas foram amadurecendo e se impondo como determinantes, ainda que mantendo relações pré-capitalistas que se tornavam cada vez mais subordinadas à dinâmica da produção do capital.

9) Entretanto, a forma do Estado brasileiro acabou determinada pela correlação de forças entre a elite agrária tradicional, a nascente burguesia brasileira – desde o início subordinada ao desenvolvimento capitalista internacional – e o imperialismo. Assim sendo, o Estado burguês no Brasil assumiu a forma de uma ditadura no *Estado Novo*, de uma incipiente e limitada democracia burguesa nas décadas de 1940 e 1950 e novamente uma ditadura a partir de 1964. As tensões entre os setores do bloco dominante, ainda que importantes na luta política tática, não se traduziram em contradições estratégicas, levando à formação do bloco hegemônico e dominante que se consolidou com a ditadura civil-militar.

10) Os anos de resistência contra a ditadura civil-militar não superaram os impasses estratégicos da esquerda brasileira. Independente da opção pela luta armada ou pela resistência democrática, o horizonte estratégico, na quase totalidade das forças de esquerda, permaneceu nos marcos de uma estratégia democrática nacional. Se observarmos os programas das organizações que optaram pela luta armada, poderemos concluir que a radicalidade da forma de luta não correspondia a uma estratégia de revolução socialista para o Brasil. Pode-se dizer que a maioria absoluta das organizações revolucionárias brasileiras não chegou a uma formulação estratégica da revolução socialista para o Brasil.

11) Com a crise da ditadura, no final da década de 1970, reapresentou-se a mesma polêmica na forma de uma frente democrática nacional ou frente popular. Mas, mesmo neste quadro, que colocaria em campos opostos o PCB e o nascente PT, no período que se seguiria, a esquerda brasileira operava nos marcos de uma formulação democrática, diferenciada apenas na ênfase da política de alianças como democrática nacional (supondo ainda uma aliança com “setores progressistas” da burguesia nacional) ou democrática popular, na qual a aliança seria prioritariamente com setores explorados pelo capitalismo, como os trabalhadores assalariados urbanos e rurais e o campesinato, chegando, no máximo, a admitir alianças com setores médios e a pequena burguesia.

12) A estratégia democrática popular proposta pelo PT, que hegemonizou as lutas nas décadas de 1980 e 1990, resultou em um impasse que bem se representa nas contradições do atual governo. A formulação democrática popular se fundamentava na suposição de que havia “tarefas democráticas em atraso”, mas que a subordinação estratégica da burguesia nacional impedia que elas pudessem ser resolvidas no âmbito de uma revolução socialista hegemonizada pelo proletariado. Ocorre que essa estratégia, ao optar pela via prioritária do acúmulo de forças nos espaços institucionais, foi se transformando pouco a pouco naquilo que queria inicialmente negar, ou seja, assumiu, primeiramente, a forma de uma estratégia democrática que ampliou as alianças para setores da burguesia, inclusive monopolistas. Posteriormente, abandonou a própria visão estratégica, ou seja, os acúmulos democráticos no interior da institucionalidade burguesa acabaram por se transformar no próprio objetivo a ser alcançado e não um meio para uma suposta ruptura de caráter socialista.

13) Desta maneira, com a vitória dos setores moderados que passaram a controlar a direção do PT, a estratégia adotada se transformou em uma proposta política fora do campo do socialismo, aproximando-se de uma política pequeno-burguesa de caráter formalmente democrática, aquém mesmo de uma versão tardia de socialdemocracia. Tal política passou a operar os interesses do grande capital monopolista em detrimento do patamar de direitos conquistados pelos trabalhadores, precarizando as relações de trabalho e os serviços públicos, rendendo-se à lógica do mercado e da institucionalidade liberal burguesa, como forma de harmonizar o capital e o trabalho nos marcos de um social liberalismo. Dentro desta lógica, a economia de mercado e a propriedade privada burguesa deveriam desenvolver a economia, enquanto que o Estado, depois de manter como prioritárias as condições de desenvolvimento capitalista, deveria agir sobre as demandas sociais, focalizando-as segundo a cartilha do Banco Mundial.

14) A versão democrática popular apontava inicialmente como bloco inimigo o capital monopolista, o latifúndio e o imperialismo. Com a inflexão política verificada, abandona-se a perspectiva de reformas profundas, e a estratégia se metamorfoseia na proposta de um novo pacto social que aglutine todos os setores da “nação”, para buscar um crescimento econômico responsável que fosse capaz de atender todos os interesses das classes aliadas, ou seja, um crescimento econômico sustentável capaz de gerar empregos, renda e manter os patamares de lucro e acumulação privada de capitais em favor dos monopólios nacionais e internacionais. Como se vê, apesar de retomar os elementos de uma estratégia democrática nacional, a degeneração da força política que hegemonizou as ações no período, degrada

esta formulação de maneira que o caráter “nacional” implica apenas na aliança de todos os setores e classes sociais para o desenvolvimento do capitalismo monopolista, abrindo mão mesmo de qualquer elemento de resistência ou contraponto aos interesses imperialistas.

15) Desta forma, o PCB, em seu XIII Congresso (março de 2005), rompeu com o governo Lula e reafirmou uma estratégia socialista para o Brasil, que já vinha sendo formulada desde 1992, cujos elementos essenciais se fundamentam em um novo Bloco Revolucionário do Proletariado e seus aliados contra o bloco dominante, formado hoje pela burguesia monopolista, pelo monopólio capitalista da terra, pelo imperialismo e pelos aliados da pequena burguesia política oriunda das burocracias partidárias e sindicais que hegemonizam setores do proletariado. A orientação central da estratégia do PCB, definida no XIII Congresso, pode ser assim resumida: *“uma vez constatado que o capitalismo no Brasil já atingiu a etapa monopolista, fica claro que o processo revolucionário brasileiro é de caráter socialista”*. A definição do caráter socialista da Revolução Brasileira nos leva à necessidade de explicitar todas as implicações estratégicas e táticas para a luta política em nosso país, para o que passamos à caracterização da formação social brasileira.

Caracterização da Formação Social Brasileira

16) A construção de uma formulação estratégica para a Revolução Socialista Brasileira exige o esforço de caracterizar a formação social brasileira. Um dos grandes problemas da esquerda brasileira, principalmente do PCB, como partido mais antigo e que vivenciou os principais momentos de nossa história, tem sido a busca de “modelos” estratégicos fundados nas grandes experiências revolucionárias vitoriosas do século XX. Assim, ora o Partido buscou uma estratégia insurrecional inspirada no modelo soviético, centrada na organização proletária nos grandes centros industriais, ora envolveu-se na resistência armada camponesa, como em Trombas e Formoso, ora adotou uma disputa institucional quase exclusivamente eleitoral.

17) No entanto, toda verdadeira estratégia só pode ser construída a partir de uma correta leitura das características de uma formação social concreta, suas relações sociais de produção, sua estrutura de classes, suas formas políticas e a dinâmica histórica da luta de classes, que resultam em determinadas formas de Estado. Somente com o estudo histórico e preciso da sociedade que se pretende transformar poderemos definir o campo inimigo e a possibilidade de alianças, as formas de luta, as vias estratégicas e o plano tático-estratégico a ser desenvolvido.

18) Afirmamos, portanto, que os equívocos das estratégias até então formuladas encontram-se, em grande medida, na inadequada leitura de nossa sociedade. Uma formulação pode estar correta e fracassar pela correlação de forças, pela dinâmica da luta de classes ou por erros em sua condução. No entanto, acreditamos que a estratégia democrática nacional, assim como a democrática popular nos levaram aos impasses conhecidos, não pela forma como foram aplicadas e desenvolvidas, mas porque estavam incorretas em algumas de suas suposições básicas, por não compreenderem o caráter de nossa formação social e a particularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

19) Nossa primeira constatação é a de que o Brasil se tornou um país capitalista completo, ou seja, trata-se de uma formação social capitalista na qual predominam as relações assalariadas, a propriedade privada burguesa dos meios de produção, as formas de produção e acumulação ampliada de capitais que completaram seu caminho até a formação do monopólio, chegando a agir de maneira interligada e inseparável da forma imperialista que hoje determina as relações econômicas mundiais. Mais do que um ponto através do qual o imperialismo opera sua reprodução ampliada da acumulação capitalista, o Brasil desenvolveu um parque industrial monopolista, setores de infraestrutura de mineração, energia,

armazenagem, transporte, portos e aeroportos, malhas urbanas, um comércio nacional e internacional, capitalizou o campo, gerou o monopólio moderno da agricultura, um sistema financeiro moderno e interligado ao mercado financeiro mundial, estruturou uma malha logística de serviços e ações públicas necessárias à reprodução das relações burguesas de produção.

20) Os principais ramos da economia brasileira são dominados por monopólios. Há pelo menos 50 empresas monopolistas brasileiras com elevado grau de internacionalização – as chamadas multinacionais brasileiras – e um grande índice de concentração empresarial. As 500 maiores companhias em operação no Brasil obtiveram, em 2007, um faturamento de US\$ 970 bilhões (câmbio de 2007), 67% do PIB daquele ano, o que representa um expressivo grau de concentração do capital. Se observarmos pelo lado do controle acionário, 52% do capital dessas empresas são controlados por capitais estrangeiros e brasileiros, 40% por capital nacional e 8% por capital estatal. Ressalte-se ainda que, em 2007, 12 dessas empresas registraram vendas superiores a US\$ 10 bilhões cada; 221 delas faturaram acima de US\$ um bilhão cada.

21) Um fato importante a ser observado na conformação industrial do país é que vem ocorrendo uma descentralização industrial e um processo contínuo de desnacionalização e desestatização das empresas. Em 1973, 56% das 500 maiores empresas estavam localizadas no Estado de São Paulo, percentual que caiu para 39%, em 2007. Do pelotão das 500 maiores empresas, 32% estavam localizadas no Rio de Janeiro, percentual que caiu para 29%. No entanto, os outros Estados aumentaram sua participação entre as 500 maiores empresas, de 12% em 1973, para 32% em 2007. Já a participação do Estado no controle acionário das 500 maiores caiu de 33% em 1973, para 8% em 2007.

22) Uma economia capitalista completa, ainda que se mantenha subordinada ao imperialismo, não pode ser caracterizada como “dependente”, ou seja, uma economia que não atinge a forma madura por estar constrangida por qualquer tipo de dominação externa. Pelo contrário, o dinamismo da economia brasileira e sua forma derivam exatamente de seus vínculos e subordinação à lógica do capital monopolista internacional, sendo parte integrante de seu funcionamento. A economia brasileira integra, desta forma, o sistema capitalista/imperialista mundial a tal ponto que o próprio desenvolvimento dos grandes monopólios brasileiros acaba operando no campo do imperialismo. Isto implica que a economia monopolista desenvolvida no Brasil acentuou o perfil de uma sociedade de classes tipicamente burguesa, na qual o eixo central da luta de classes passa pelo confronto de interesses entre o proletariado e a burguesia.

Estrutura de Classes no Brasil

23) A estrutura de classes no Brasil se caracteriza pela formação de uma burguesia monopolista e suas diversas facções: a burguesia industrial, a burguesia bancária/financeira, a burguesia comercial, a burguesia agrária, a burguesia do setor de transportes e um setor que controla serviços diversos formados pela mercantilização crescente de setores como o da saúde, educação e outros. Com o crescimento e a consolidação da moderna economia industrial monopolista, generalizou-se o assalariamento e formou-se um numeroso proletariado que, da mesma forma, se divide entre os vários setores da economia. Ressalte-se que hoje o proletariado urbano corresponde a mais de 80% da população economicamente ativa, enquanto o proletariado rural a menos de 20%. Ainda existem setores residuais camponeses, tais como pequenos proprietários de terra com produção para seu consumo e a agricultura familiar, além de outras formas como cooperados e assentados. No entanto, mesmo estes se encontram cada vez mais subordinados ao mercado capitalista e à lógica mercantil. O que já predomina no campo é a proletarização e a formação de um proletariado

precarizado, combinadas ou não com formas de pequena propriedade ou outra forma de propriedade rural (assentamentos, cooperativas, etc.).

24) A urbanização crescente e a criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento da acumulação capitalista geraram camadas urbanas intermediárias que vão desde setores gerenciais, profissionais assalariados, pequenos e médios comerciantes, técnicos especializados, professores, pesquisadores, médicos, advogados e outros profissionais que formam uma numerosa camada média. Parte destes setores médios passou, nos últimos anos, por uma intensa proletarização, transformando-se em assalariados do capital, que passou a monopolizar setores que antes constituíam o campo de trabalho das camadas médias, tais como medicina, educação, psicologia, odontologia, serviços jurídicos, entretenimento e cultura, entre outros. Ao lado destes profissionais proletarizados, somam-se funcionários públicos nos diferentes setores de ação do Estado, no âmbito federal, estadual e municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário, que compõem uma camada heterogênea, numerosa e com condições de trabalho e remuneração muito diversas, ainda que, na maioria, tenham sofrido uma precarização crescente nos últimos governos neoliberais.

25) O conjunto dos assalariados urbanos conta com um setor operário, formado concomitantemente ao monopólio industrial moderno e que passou por grandes transformações a partir dos anos 1990. Ao contrário do que se apregoou com o suposto “fim do trabalho”, devido à reestruturação produtiva e à aplicação de novas tecnologias, o operariado industrial brasileiro cresceu em números absolutos (em 1981, eram 6,9 milhões de trabalhadores manuais na indústria e, em 1996, já eram 9,5 milhões) e desconcentrou-se, passando a formar novos polos em outras regiões do território nacional. Além disso, fragmentou-se bastante com a terceirização e a precarização e perdeu, em parte, sua unidade e identidade política pela degeneração de grande parcela dos dirigentes sindicais burocratizados. Mas o operariado continua sendo o setor da classe trabalhadora melhor posicionado estrategicamente no coração da economia capitalista, do ponto de vista da luta de classes. Caracterizamos o proletariado brasileiro como o conjunto dos trabalhadores que só podem viver mediante a venda de sua força de trabalho, tendo em seu núcleo a parte dos assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital e são considerados trabalhadores produtivos.

26) Ao mesmo tempo, o capital subordina ao mercado e ao processo ampliado de acumulação de capitais todos os setores que mantêm, residualmente, relações não capitalistas. É o que ocorre no campo. Do mesmo modo que a grande produção agrária monopolista – eufemisticamente chamada de “agronegócio” – assalaria seus trabalhadores, outra parte dos trabalhadores rurais, sejam propriamente camponeses, sejam ligados a outras formas de trabalho, como trabalhadores coletivos de cooperativas ou assentamentos, se vê diante do fato de que precisam se vincular ao mercado e à lógica do capital, como ocorre com a produção familiar, tomada de assalto pelos monopólios da produção de *commodities*, ou ainda pressionada pela produção do agrocombustível.

27) O desenvolvimento de grandes metrópoles e a concentração do parque industrial criaram uma realidade urbana que se caracteriza, ainda, pela formação de uma ampla superpopulação relativa. Esta superpopulação, em parte, compõe o exército industrial de reserva, sendo que uma parcela acabará por se transformar em um proletariado precarizado, submetido a relações de trabalho cada vez mais precárias e incertas; outra parte sobreviverá associada à economia política da criminalidade ou do assistencialismo à pobreza. Não são os “excluídos”, ou mesmo o lupemproletariado, pois acabam por se inserir nas condições gerais da orgia da acumulação de capitais, como força de trabalho abundante e barata, como operadores da economia “informal”, como consumidores e agentes de uma economia política da criminalidade ou base de massa e objeto de ação de uma rede de assistencialismo filantropizado pelo chamado terceiro setor.

28) Parte desta superpopulação relativa mantém vínculos políticos e culturais com o proletariado, uma vez que se forma constantemente de expropriados, jogados fora do mercado de trabalho, adoecidos e sequelados pela brutalidade da produção capitalista, acabando por constituir parte de movimentos sociais e populares em luta por emprego, terra, moradia, melhoria das condições de vida em bairros periféricos, resistindo à opressão de gênero, ao preconceito étnico e outros (como o de regionalidade ou opção sexual), funcionalmente utilizados pelo capital como forma de manter o valor da força de trabalho em níveis aceitáveis para a acumulação de capitais.

29) Assim, a estrutura de classes no Brasil apresenta um polo burguês, hegemônico pela grande burguesia monopolista (nacional e internacional, que não mais se distinguem), setores médios que tendem ao assalariamento e à proletarização, um proletariado composto por uma imensa massa de assalariados em geral (urbanos e rurais), um proletariado precarizado imerso em uma grande superpopulação relativa inserida de maneira precária e brutal nas condições do mercado capitalista e, residualmente, um campesinato heterogeneamente formado pela agricultura familiar, cooperados, assentados e pequenos proprietários, que combinam suas atividades com períodos de proletarização.

A Superestrutura Política e o Estado

30) A formação da sociedade brasileira, em seu aspecto político, deve ser compreendida pelo seu desenvolvimento histórico mais recente. A construção do Estado burguês no Brasil pelo alto, ou seja, não como fruto de uma revolução burguesa clássica, mas pela ação dos grupos dominantes que controlaram o Estado, o qual foi, muitas vezes, dominado por setores não especificamente burgueses (como no caso do período getulista), marcou a formação de um tipo de sociedade civil burguesa e uma forma particular de constituição da hegemonia capitalista.

31) As instituições do Estado, em que pesem as diferentes formas assumidas, sempre foram espaços de organização do poder da classe dominante, com predominância dos aspectos repressivos e coercitivos. Prova disso são as constantes interrupções do processo político brasileiro por golpes e intervenções armadas que marcaram a história, desde a proclamação da República até a ditadura civil-militar. O período militar marcou a consolidação de um bloco dominante, formado pela aliança de classes entre a burguesia monopolista, o latifúndio tradicional e o imperialismo, que aprofundou o processo de construção do Estado burguês no Brasil.

32) O ápice deste processo só se deu com a abertura política e a incorporação das massas urbanas, setores amplos do proletariado e do operariado no jogo político do Estado burguês, que alcança sua maturidade com a Constituição de 1988. Estamos diante de um Estado fundado em um ordenamento jurídico estabelecido, reconhecido e legitimado, com instituições igualmente consolidadas nos diferentes campos de ação do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, várias instituições, como o Ministério Público, fazem a mediação entre a sociedade e suas demandas e os órgãos do Estado como expressão institucional e política. Formou-se, assim, uma sociedade civil-burguesa com um conjunto de instituições enraizadas e, em parte, legitimadas no corpo da sociedade, tendo se consolidado uma hegemonia liberal burguesa e um regime formalmente democrático, num processo que se completa com o estabelecimento de poderoso monopólio capitalista nas telecomunicações, na informação e na organização da cultura, responsável por aprimorar e fortalecer a dominação ideológica burguesa em nosso país.

33) O processo de lutas sociais que marcou a história do Brasil nos anos 1980 e 1990, tendo como centro a entrada em cena do proletariado industrial no final dos anos 1970, produziu

uma passagem da alienação serializada até uma inicial consciência de classe em si, que levou à formação de grandes organizações de massas em âmbito nacional, seja na luta sindical, na luta estudantil, na luta política e na luta pela terra. Como resultado deste processo, formaram-se, na década de 1980, a CUT, o PT, o MST, além de a UNE e a UBES terem retomado suas organizações e influência na política. Além de expressar a formação de uma dimensão de classe nacional, que se alastrou por todo o território, este período de luta foi marcado, inicialmente, por uma consciência classista e embrionariamente anticapitalista dos trabalhadores e dos movimentos populares, apontando para metas de caráter socialista. No entanto, não se completou o processo no sentido de uma consciência para si, ou seja, não se constituiu, com autonomia histórica, uma ação independente de classe, acabando por prevalecer o amoldamento das organizações à lógica institucional burguesa.

34) A luta entre a hegemonia burguesa dominante e a contra-hegemonia proletária resolveu-se, na última década do século XX, em favor da ideologia liberal burguesa. Tal processo não se deu sem resistências, mas o resultado geral foi o amoldamento das instituições que se formaram no bojo do ascenso de massas à ordem que inicialmente negavam. No caso particular do MST, a contradição parece ser mais ativa e existe uma saudável resistência ao amoldamento, o que permite a essa combativa organização apostar hoje no horizonte estratégico socialista. Entretanto, a luta pela terra e, dentro dela, seu fundamento que é a Reforma agrária, é uma tarefa que ficou para trás na pauta burguesa e passa a ser incompatível com o monopólio capitalista na agricultura.

35) Nos casos do PT, da CUT, da UNE e da UBES (aos quais também podemos associar o PC do B e a recém-criada CTB), o amoldamento à ordem dominante parece ser mais completo, uma vez que as tendências majoritárias dessas organizações isolaram os poucos focos de resistência, limitando-lhes o espaço a meras proclamações formais, sem capacidade de reverter a inflexão realizada. Esta situação se explica em parte pela cooptação das direções e em parte pelo amoldamento de uma burocracia que encontra um ponto de existência e privilégio no qual se acomodar, seja na própria estrutura burocrática partidária, estudantil ou sindical, seja em espaços na institucionalidade do Estado Burguês.

36) O mesmo ocorre com parte dos movimentos sociais e populares e a base do movimento sindical, uma vez que o preço pago pela acomodação burocrática das organizações dos trabalhadores é o adiamento ou abandono das reais demandas desta classe. As burocracias partidárias e sindicais, com a força potencializada pela ocupação de parte de espaços governamentais, acabam por manter uma hegemonia passiva em amplos setores da classe trabalhadora, ajudando a consolidar o domínio burguês e a reverter o processo político de constituição da autonomia de classe que se iniciou no ciclo passado. Desta forma, a sociedade civil-burguesa captura organizações inicialmente criadas no campo da contra-hegemonia e se fortalece, desarmando os trabalhadores e enfraquecendo sua organização própria.

37) A institucionalidade burguesa logrou deslocar o eixo da luta para a representação política e a jurisdicionalização das demandas políticas, de maneira que estas demandas são vistas como possíveis de ser alcançadas apenas dentro do processo político instituído por meio de ações de governo, iniciativas legislativas ou resoluções judiciais. Rouba-se a iniciativa autônoma dos movimentos sociais e sindicais e captura-se a militância política, convertendo-a em um exército de cabos eleitorais na operação de máquinas profissionais de busca de financiamento de campanhas e controle e manipulação de bases eleitorais. A violência contra a mulher se resolve pela Lei Maria da Penha; a demarcação das terras indígenas, pelo Supremo Tribunal Federal; a garantia de direitos, pela boa vontade do Legislativo em adiar a Reforma Trabalhista; a violação renitente dos direitos humanos, pela ação fiscalizadora de entidades internacionais ou secretarias especiais do governo; os mais elementares direitos à moradia, saúde, educação e outros só podem ser resolvidos pela mágica orçamentária e por

políticas públicas focalizadas segundo a receita do Banco Mundial. Em suma: buscou-se quebrar o protagonismo dos trabalhadores e seus movimentos autônomos, substituindo-o pela ação do Estado e da institucionalidade da sociedade civil-burguesa, visando consolidar a hegemonia do bloco conservador e dominante.

38) A combinação eficiente de consenso e coerção garante a reprodução do domínio da ordem monopolista burguesa. A cooptação dos trabalhadores pela ordem institucional burguesa, que os mantém nos limites da ordem do capital, controlados pelos mecanismos de mercado, se processa por um conjunto de mecanismos que envolvem desde manipulação dos corações e mentes pelos meios de comunicação, ações permanentes no interior da empresa para a colaboração de classe, promoção da cultura do individualismo, incentivos materiais como participação nos lucros e resultados até a cooptação pura e simples das lideranças sindicais. Quando esses métodos não funcionam, as classes dominantes apelam para a repressão contra todos aqueles que se levantam contra essa ordem. Isso explica a criminalização dos movimentos sociais, da militância anticapitalista e da pobreza.

39) A cultura socialista resiste nas manifestações de dissidência que se mantêm em luta contra a ordem e na defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores; nas lutas reivindicatórias por melhores condições de trabalho; na luta popular por melhores condições de vida nos bairros pobres; na luta das mulheres contra a discriminação e por seus direitos; na juventude que não vende sua rebeldia pela acomodação burocrática; na luta pela terra no campo; naqueles que fizeram da luta socialista um compromisso de vida.

40) Por isso, acreditamos que, diante da consolidação do bloco hegemônico dominante, resiste e se forma um bloco proletário que é o ponto de partida para a constituição de uma contra-hegemonia. A força deste bloco está diretamente ligada à capacidade de a classe trabalhadora entrar em cena novamente com independência e autonomia histórica, mas depende, da mesma forma, da iniciativa de vanguardas que resistiram à acomodação, mantiveram-se em luta contra a ofensiva do capital monopolista e seus aliados da pequena burguesia. São expressões desta resistência movimentos sociais como o MST, articulações nacionais de caráter classista, como INTERSINDICAL e CONLUTAS, movimentos pela moradia e culturais, parte das pastorais operárias, movimentos populares e partidos políticos que se colocam contra o governo e seu pacto antipopular, além de organizações de esquerda das mais diversas vertentes. A fragmentação atual do bloco popular expressa a fragmentação da própria classe trabalhadora, derrotada pela inflexão política das vanguardas que a hegemonizaram neste ciclo que se encerra. A unidade do bloco proletário deve ser buscada fundamentalmente na capacidade de organização e luta dos trabalhadores contra a hegemonia liberal burguesa.

A Revolução Brasileira é uma Revolução Socialista

41) Afirmamos que a Revolução Brasileira é uma Revolução Socialista, considerando que o Brasil é uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional constituiu-se em classe hegemônica e dominante; que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo político da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e dominante, formado pela aliança entre a grande burguesia monopolista, o monopólio capitalista da terra, o imperialismo e um setor político da pequena burguesia política que, através de burocracias partidárias e sindicais e o controle de mecanismos de governo, buscam cooptar o proletariado e neutralizar suas ações; considerando ainda que um bloco proletário procura resistir na direção de uma contra-hegemonia que aponta para uma meta de superação do capitalismo e da necessidade de uma sociedade socialista.

42) Afirmar o caráter socialista da Revolução Brasileira implica em afirmar que as tarefas colocadas ao conjunto dos trabalhadores e, em especial, da classe operária, núcleo estratégico e central do sujeito revolucionário, o proletariado, não podem se realizar nos limites de uma sociedade capitalista. O grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, no Brasil e no mundo, já se coloca em contradição com a atual forma capitalista das relações sociais de produção, que ameaçam a produção social e a própria existência das condições que permitem a vida humana no planeta.

43) O sentido de uma suposta “etapa” democrática só se justificou no passado, no interior da concepção marxista, considerando uma situação muito particular de desenvolvimento histórico no qual a burguesia representava politicamente a necessidade de avanço de forças produtivas que se encontravam obstaculizadas por relações de tipo feudal, mantidas política, jurídica e ideologicamente por estratos e camadas nobres comprometidas com a manutenção de seus privilégios. Mesmo neste quadro, Marx e Engels apontavam para a necessidade da estratégia revolucionária se dar na forma de uma Revolução Permanente, ou seja, ainda que em aliança com a burguesia contra os setores feudais, o proletariado deveria manter sua independência e autonomia histórica, transformando a luta democrática em luta socialista através da formação de um duplo poder.

44) A sobrevivência da tese da “etapa democrática” em países como o Brasil se deu pela valorização dos chamados resquícios coloniais escravistas, pelo caráter tardio ou dependente de nossas formações sociais inseridas em um mundo capitalista que passava da fase monopolista ao imperialismo e que impunha, entre outras coisas, a permanência de uma estrutura agrária tradicional latifundiária e a monocultura. Tal situação, associada à formulação equivocada e esquemática da Internacional Comunista, que orientava os PCs a adotarem ações políticas vinculadas a etapas antifeudais de revolução e de alianças com setores burgueses, levou os revolucionários a supor uma luta em aliança do proletariado com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio. A “etapa” democrática teria ainda a missão de realizar as tarefas em atraso de uma revolução burguesa inacabada, ou seja, uma reforma agrária, o desenvolvimento de relações plenamente capitalistas através da industrialização e a democratização do Estado e da sociedade, de modo a superar as formas tradicionais de patrimonialismo, autocracias e ditaduras, chegando ao chamado “Estado de Direito”.

45) Ora, sob todos os aspectos, o ciclo burguês consolidou-se plenamente no Brasil. A economia capitalista desenvolveu-se até o estágio monopolista, tendo se constituído uma sociedade civil-burguesa e um “Estado de Direito”. O capitalismo brasileiro é parte do processo de acumulação mundial e parte constitutiva do sistema de poder imperialista no mundo, e as classes dominantes brasileiras estão associadas umbilicalmente ao capital internacional. A burguesia não disputa sua hegemonia contra nenhum setor pré-capitalista; pelo contrário, a luta burguesa se volta contra a possibilidade de uma revolução proletária. As “tarefas em atraso”, como a reforma agrária, não são mais tarefas em atraso, mas tarefas deixadas para trás e que não serão realizadas nos limites de uma sociedade capitalista.

46) As contradições objetivas que estão na base das demandas imediatas das massas trabalhadoras não se devem ao baixo desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, mas exatamente pelo próprio desenvolvimento e natureza de uma sociedade hegemônica pelo capital. A luta pela terra não encontra mais como adversário o latifúndio tradicional, mas o monopólio capitalista da terra; a luta dos trabalhadores assalariados se vê diante não da falta de empregos pelo baixo desenvolvimento industrial, mas exatamente pela crise de superprodução e superacumulação de capitais, que leva à crise cíclica do capital e à queda das taxas de lucro, exigindo a contínua expropriação e mantendo permanente a acumulação primitiva, ou seja, a expropriação dos trabalhadores para formar massas de despossuídos a se venderem a preços que permitam a lucratividade do capital; as mulheres, os jovens, os

negros, os índios, os imigrantes e migrantes se veem diante da violência do mercado e da sociedade do capital, seja na desigualdade de rendimentos, no acesso aos serviços elementares, à cultura e ao ensino, porque tudo precisa ser transformado em mercadoria para manter a orgia da acumulação privada. Qualquer luta específica tende a se chocar com a lógica do capital: a luta pela terra, a luta ecológica, a luta sindical, a luta política, as lutas por demandas populares, as lutas de gênero, a luta por identidade étnica e, especialmente, a luta dos trabalhadores.

47) A Revolução Brasileira é Socialista porque o entrave universal é a forma capitalista da sociedade. A Revolução Brasileira é Socialista porque é a burguesia e seu bloco conservador que se tornaram a classe dominante e hegemônica que tem por interesse estratégico a manutenção das relações sociais de produção capitalista no país. A Revolução Brasileira é Socialista porque é contra a dominação burguesa e representa a necessidade histórica de superação das atuais relações burguesas de produção. A Revolução Brasileira é Socialista porque o proletariado deve constituir em torno de si um Bloco Revolucionário, que crie as condições políticas para iniciar a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista. A Revolução Brasileira é Socialista porque é a principal condição política para iniciar a transição para o socialismo e a formação de um Estado Proletário que garanta a existência de novas formas de propriedade e de relações sociais, única maneira de libertar os trabalhadores das mazelas que hoje os afligem e contribuir para livrar o mundo do desastre ambiental e social que a ordem capitalista mundial impõe.

48) A Revolução Brasileira é Socialista, finalmente, porque toda a experiência histórica dos trabalhadores demonstrou que qualquer forma de pacto com a burguesia é uma miragem que confunde os trabalhadores, desorienta a luta de classes e joga o horizonte socialista para as calendas. Seja a clássica socialdemocracia, que, após a Segunda Guerra Mundial, garantiu, sob pressão da luta organizada dos trabalhadores, direitos e políticas públicas, mas que se domesticou diante do capital; seja a atual versão do social-liberalismo ou “socialdemocracia tardia”, adoradora do mercado, que passou a gerir o neoliberalismo, refilantropizar a questão social e aplicar com mão de ferro as políticas mais regressivas do grande capital, conforme pudemos verificar nos últimos 30 anos. Esses pactos não nos levarão a conquistas parciais que cumulativamente poderiam desembocar em uma sociedade justa e igualitária. Pelo contrário, fortalecerão ainda mais o capital e seu sistema de poder mundial. Toda experiência histórica e presente nos comprova que o capital e a propriedade privada capitalista, ao se perpetuarem, concentram riquezas, acumulam desigualdades e geram periodicamente as crises que terão que ser pagas pelos trabalhadores para salvar o lucro dos grandes capitalistas. Por tudo isso, o PCB reafirma que a estratégia da Revolução Brasileira é Socialista.

Política de alianças no quadro de uma estratégia socialista

49) A definição da etapa socialista da Revolução Brasileira não implica ausência de mediações políticas na luta concreta para enfrentamento das conjunturas que se apresentam na dinâmica da luta de classes imediata. No entanto, a estratégia socialista determina o caráter da luta imediata, ou seja, a estratégia subordina a tática e não o inverso, como formulam equivocadamente algumas organizações políticas e sociais. Nenhuma ação política que reforce a ordem do capital e sua expressão política – seja puramente liberal, seja nas versões amenizadas de social-liberalismo – pode nos ajudar em nosso caminho de defesa de uma alternativa socialista.

50) A estratégia socialista não é incompatível com as demandas imediatas da classe trabalhadora por empregos, salários, contra a perda de direitos e precarização de condições de trabalho e vida, assim como não se antagoniza com as demandas populares por terra, contra a discriminação de gênero e étnica, contra o preconceito devido à regionalidade e à

opção sexual, contra a criminalização da pobreza e a violência policial. Pelo contrário, estes problemas são manifestações da contradição entre a forma capitalista de organização da sociedade e as necessidades da produção e reprodução da vida em um novo patamar. A estratégia socialista não nega as lutas imediatas, mas não aceita a forma atual de sociabilidade como capaz de dar soluções estruturais e duradouras a estas questões, e aponta para a necessidade de uma nova forma de organização social: o socialismo. Este princípio deve moldar nossas ações táticas e nossa política de alianças. A definição de uma política de alianças supõe que compreendamos o caráter das alianças práticas que se formam no sentido dos projetos históricos em disputa, para que depois possamos entender como as diferentes forças políticas concretas que agem no cenário imediato das lutas se posicionam no quadro dos cenários estratégicos.

51) No Brasil, o capital monopolista, diante do esgotamento do modelo econômico que vigorou desde a década de 1950 e que foi garantido e desenvolvido pela ditadura civil-militar, sentiu a necessidade de reformar o Estado e realizar um chamado “ajuste estrutural” para se manter integrado nas novas condições da globalização neoliberal. A crise dos anos 1980 reforçou a exigência deste ajuste. A solução para o impasse foi apresentada no chamado Consenso de Washington, cujo objetivo era implementar as políticas neoliberais orientadas pelo Fundo Monetário Internacional. O caminho escolhido pelo governo brasileiro foi o de reorientar a política econômica no sentido do mercado, desenvolver uma política de confisco dos salários, reduzir os gastos públicos, realizar a desregulamentação e a retirada do Estado da economia, as privatizações, uma radical abertura de mercados ao capital imperialista, a livre circulação do capital financeiro, além de buscar a recuperação da capacidade do Estado de continuar pagando o serviço da dívida externa. Tratava-se de uma radical inflexão do Estado brasileiro no sentido de romper o modelo construído no último meio século.

52) O governo FHC, depois de derrotar a alternativa democrática popular, implantou à risca este caminho e logrou um pacto com o empresariado (manipulando o medo de uma alternativa radical) e os setores fisiológicos (principalmente pela aliança estratégica com o PFL). As iniciativas de cooptar as organizações de cúpula dos trabalhadores esbarraram, em parte, na falta de representatividade das centrais escolhidas (principalmente a Força Sindical), mas, acima de tudo, pelo elevado custo social das medidas que enfrentavam a resistência de setores dos trabalhadores, neste momento, organizados em torno da CUT. A disputa política também impedia a plena incorporação das organizações de cúpula dos trabalhadores, uma vez que o PT ainda se apresentava como opositor e capitalizava politicamente o desgaste da aplicação da política neoliberal.

53) Com a eleição de Lula, em 2002, moderada pela *Carta aos Brasileiros* – em que se garantiam o respeito aos contratos e a responsabilidade em manter os marcos da política macro-econômica do governo anterior –, descartava-se a alternativa democrática popular antimonopolista, antilatifundiária e antiimperialista, substituindo-a pela noção de um “novo contrato social”, capaz de unificar todos os setores sociais em torno de uma política de crescimento econômico capitalista, abrindo-se a possibilidade de completar a “governança” em torno dos ajustes. Com o pacto envolvendo organizações de cúpula dos trabalhadores, essencialmente o PT e a CUT, operou-se a política de ajustes garantida pelo instrumento da cooptação. Em continuidade às práticas neoliberais do governo FHC, realizaram-se a reforma da previdência, a flexibilização de direitos trabalhistas, a precarização dos serviços públicos, a aprovação das parcerias público-privadas, a política agrária concentradora que privilegia o agronegócio, a prática de favorecimento das transnacionais de sementes transgênicas, a política de juros que garante os interesses do capital financeiro (inicialmente identificado como único setor que não se beneficiaria do novo “contrato social”), a sequência e garantia às privatizações promovidas no governo anterior, entre tantos outros exemplos.

54) Este desenvolvimento, no terreno prático no qual se produziu, uniu o bloco de alianças de classe entre o setor conservador e uma força política que, saindo das classes trabalhadoras, sofreu uma inflexão política em direção ao projeto centrista (portanto, pequeno burguês). A existência de setores de esquerda no PT que resistem a esta inflexão, nos limites de uma defesa do “autêntico projeto democrático popular”, não foi capaz de fazer frente à hegemonia centrista da direção do PT e tem chances quase nulas de mudanças, a partir do interior desse partido. Apesar de o PT originariamente ter se constituído como um partido à esquerda, acabou por fazer alianças eleitorais que o conduziram inicialmente a uma posição de centro-esquerda, mas, ao chegar ao poder, construiu sua governabilidade com uma aliança ao centro e à direita, não só partidariamente, com partidos como PL, PMDB, PTB, PP e outros, mas com setores diretamente ligados à burguesia monopolista, representados, entre outros, pelos ministros da Agricultura, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pelo presidente do Banco Central.

55) A disputa política institucional principal no Brasil de hoje se dá entre duas alternativas do capital: uma pela aliança PSDB-DEM-PPS, e outra representada pela aliança PT-PC do B-PDT-PSB-PMDB-PTB-PP. Esta disputa se faz dentro dos limites de um grande consenso burguês, que tem por base a manutenção da macropolítica econômica, a manutenção e aprofundamento da lógica de mercado, o papel do Estado como garantidor dos interesses do capital monopolista e amortizador da luta de classes e o abandono de qualquer alternativa, mesmo reformista, que possa implicar em mudança dos marcos do “novo pacto social”.

56) Em outras palavras, em que pesem algumas diferenças, o bloco liberal burguês encontra uma unidade estratégica em forças políticas que divergem na tática. PSDB e PT, como polos dessas alternativas, disputam a confiança das classes dominantes e o controle da máquina de governo – e, a partir daí, a ocupação de cargos e o manejo do jogo político tradicional que se perpetua – não como dois projetos essencialmente antagônicos, mas como forças políticas diferentes de um mesmo projeto, que têm por base a manutenção das relações capitalistas de produção, a propriedade privada, a economia de mercado e a integração do capitalismo brasileiro ao sistema imperialista.

57) Há duas diferenças fundamentais entre essas duas alternativas, que não devem ser superestimadas – a ponto de justificar um apoio “pela esquerda” ao governo – nem subestimadas, sob pena de cairmos no maniqueísmo esquerdista. Uma delas é o grau e o tom da competitividade e autonomia frente ao imperialismo, sobretudo o estadunidense, na integração do Brasil a este sistema. A outra é o grau das liberdades democráticas, ou seja, a forma e os meios para cooptar, conter, criminalizar e reprimir movimentos sociais e políticos que se insurgem contra a ordem burguesa. Esta compreensão levou o PCB, corretamente, a não apoiar Lula no primeiro turno das eleições de 2006, mas a indicar o voto crítico no segundo, com um discurso firme de oposição a seu governo, expresso na consigna “*Derrotar Alckmin e continuar em oposição ao governo Lula!*”.

58) Por trás destas expressões políticas, formou-se um bloco de classes que, mesmo com disputas internas, mantém a hegemonia conservadora: a burguesia monopolista, a nova burguesia monopolista agrária, o capital financeiro e a pequena burguesia política recrutada nas burocracias partidárias e sindicais e que tem por função essencial garantir a governabilidade de um modelo que precariza aqueles que vivem de salário, que precisam utilizar os serviços públicos, que sofrem as condições da urbanização ordenada pelo capital, com seus conhecidos efeitos sobre a insegurança diante da criminalidade monopolizada pela economia política do crime organizado, a falta de moradia, as precárias condições de transporte, o caos na saúde pública, o descaso com a educação, o desemprego, o abandono da reforma agrária, a ausência de uma política agrícola inovadora que incorpore os assentados e cooperativas de trabalhadores agrícolas, bem como a agricultura familiar.

59) O posicionamento do governo atual na dinâmica da luta de classes deve ser entendido pelo caráter do programa e da ação política objetiva, não pela origem de classe de seus atores. Neste sentido, ele representa uma posição política que, partindo de setores proletários, distanciou-se para uma postura que busca não mais realizar os interesses dos trabalhadores, mas harmonizar o capital e o trabalho nos marcos de uma política “republicana” que supostamente atenderia os interesses de “toda” a sociedade. A lógica política é a da conciliação de classe, do interesse da “nação” acima dos particularismos de classe, da harmonização dos conflitos e, principalmente, da crença de que o desenvolvimento da economia capitalista resolve as desigualdades sociais através do ciclo virtuoso da produção, emprego, consumo e que, aos mais miseráveis, o Estado contempla com políticas compensatórias. Em poucas palavras: um projeto pequeno burguês.

60) O drama da pequena burguesia política é que, sendo um setor de transição que defende um projeto que supostamente estaria acima dos interesses das classes em luta, acaba oscilando entre o interesse proletário e o burguês. No caso brasileiro, a pequena burguesia política, cuja base social é a burocracia partidária e sindical, essencialmente preocupada com as condições de governabilidade, adere ao projeto burguês e se rende perante os interesses do grande capital monopolista. Só podemos concluir que o governo e seu projeto de pacto alinharam-se aos interesses do capital monopolista, na cidade e campo, e ajudaram a consolidar e legitimar a hegemonia burguesa liberal, compondo assim o bloco conservador e a aliança com a burguesia monopolista (que inclui o agronegócio e a burguesia bancária) e o imperialismo.

61) O interesse maior deste bloco se expressa na garantia das condições essenciais para a continuidade e o crescimento da acumulação de capitais com base em uma economia de mercado, aberta e integrada à economia capitalista mundial. Como parte deste interesse central, estas classes esperam que o Estado possa gerir com segurança as condições de domínio da superpopulação relativa através de políticas públicas focalizadas e da refilantropização da questão social, mantendo a legalidade institucional, judicializando e criminalizando qualquer forma de dissidência. No momento da crise, fica evidente a natureza de classe do projeto deste bloco liberal burguês, uma vez que se coloca toda a máquina do Estado a serviço das garantias para o capital, ainda que a contrapartida seja o aumento do desemprego e a precarização do trabalho.

62) Não há nenhuma possibilidade, na concepção do PCB, de estas classes participarem de uma aliança que vá além deste horizonte burguês e capitalista. Nenhuma das classes e setores envolvidos, mesmo a pequena burguesia política, aceita a tese da necessidade de superação da ordem capitalista. Isto nos leva a afirmar que não há possibilidade de compor qualquer tipo de aliança com algum destes setores sociais.

63) O conceito de Bloco Histórico nos remete à compreensão da sociedade como unidade orgânica entre a estrutura econômica e a superestrutura, cimentada por uma determinada hegemonia, na qual ocupam papel fundamental os intelectuais, artistas e organizadores da cultura. A formação social brasileira é compreendida como tendo por base uma economia fundamentada nas relações sociais de produção capitalistas, que se expressam em formas políticas e jurídicas burguesas e em certa forma de consciência social que se pauta na ideologia burguesa, legitimada em grande medida por uma incontestável hegemonia que sustenta e garante a reprodução desta particular forma de dominação.

64) Os trabalhadores, em sua luta contra a ordem do capital, devem apresentar-se como classe capaz de contrapor à atual sociedade, desde formas de produção social da vida anticapitalistas, base para novas relações sociais de produção, até formas políticas que correspondam à profunda socialização da produção e da vida social. Desta maneira, afirmamos que, contra o Bloco Histórico Capitalista, que se manifesta na forma burguesa de

sociabilidade, devemos lutar pela construção do Bloco Revolucionário do Proletariado, ou seja, o conjunto de ações e transformações econômicas, políticas, jurídicas e formas de consciência que apontem para a superação do capitalismo, no sentido de forjar as condições que nos levem à emancipação humana, através da transição socialista até uma sociedade comunista.

65) A luta em prol do Bloco Revolucionário do Proletariado exige a formação de um bloco de classes e setores sociais e suas representações político-organizativas, que, antagonizando com a ordem do capital, marchem com os trabalhadores no sentido da superação desta ordem, contrapondo à hegemonia burguesa uma contra-hegemonia proletária. O conjunto das forças proletárias e populares que lutam pelo socialismo constitui, por sua composição e finalidade, as bases históricas e sociais do Bloco Revolucionário do Proletariado. A superação histórica do capitalismo e a luta pela transição socialista implicam na capacidade do proletariado, ao lutar por esta meta, de constituir uma contra-hegemonia, que articule as dimensões econômicas e políticas de sua proposta emancipadora, capacitando-o ao exercício do poder político e da direção cultural de toda a sociedade.

66) O PCB reafirma que esta transformação histórica não se dará através de reformas, mas por uma ruptura, na qual desempenha papel central a questão do poder, ou seja, a destruição do poder e da dominação política burguesa e a construção de um novo Estado do proletariado da cidade e do campo, comprometido com a construção histórica da capacidade dos trabalhadores em chegar ao autogoverno e, portanto, à superação do Estado. Isto implica que nossa política de alianças deve se materializar no campo proletário e popular. A aliança de classes capaz de formar o Bloco Revolucionário do Proletariado deve ser fundamentalmente estruturada entre os trabalhadores urbanos e rurais, os setores médios proletarizados e as massas de proletários precarizados que compõem a superpopulação relativa.

67) O que tem possibilitado a unidade de frações das classes que compõem este bloco, ainda tão fragmentado e heterogêneo, é a oposição, às vezes passiva, às vezes ativa, ao governo federal ou aos efeitos da política antipopular adotada. Parte das classes trabalhadoras está em uma posição passiva, ou por um momentâneo efeito de crescimento de consumo via ampliação do crédito, ou por políticas distributivas precárias que, devido ao tamanho do abismo social brasileiro, acabam tendo impacto positivo na renda e no consumo das camadas mais empobrecidas. Parte da superpopulação relativa encontra um ponto de controle na ação assistencialista de programas como o Bolsa Família ou na ação do chamado terceiro setor, não como forma de resolução dos graves problemas sociais, mas como maneira de manipular as condições de vida das massas. A economia política do capital, a economia política da criminalidade e a economia política da refilantropização da questão social encontram sua unidade na manutenção da economia de mercado capitalista, ou seja, a economia privada deve dar lucros, o Estado arrecadar e, depois de garantir os prioritários interesses do grande capital, deve chegar, de maneira focalizada, até pontos da miserabilidade, para amortecer a explosividade da miséria.

68) Este bloco é, portanto, um projeto político a ser construído. Os elementos dispersos e fragmentados não constituem nem econômica nem politicamente uma classe. Apresentam-se como indivíduos em disputa no mercado de trabalho, espaço no qual seu adversário imediato às vezes é outro proletário e não a burguesia. A fusão de classe exige que estes setores sociais se coloquem em luta e sejam capazes de ver, por trás das expressões fenomênicas, as causas comuns de seus problemas e a solução, como consequência direta de sua ação independente e constituição, enquanto classe portadora de um projeto histórico próprio: o socialismo. Nossa política de alianças deve ser firme e ampla. Ao mesmo tempo em que não há alianças estratégicas com a burguesia e seus aliados, todo aquele que na luta concreta se colocar em movimento contra a ordem do capital, se contrapondo aos interesses do bloco liberal burguês, é um aliado em nossa luta.

69) É preciso não confundir a necessidade de unidade dos trabalhadores e sua fusão em classe social com a unidade das forças políticas que representam ou dizem representar os trabalhadores. Enquanto militantes da classe trabalhadora em suas lutas imediatas e concretas, devemos apresentar o ponto de vista do proletariado, apontando as causas dos problemas imediatos e relacionando-as com a lógica do capital, defendendo uma alternativa socialista. É de se esperar que, no acirrar das lutas sociais – sobretudo com o agravamento da crise do capitalismo e a rendição do governo Lula ou de seu sucessor às receitas do capital para combater seus efeitos – setores hoje hegemônicos pelas organizações reformistas e burocráticas possam vir a se deslocar para o bloco proletário e devem ser considerados como aliados, no momento em que se contraponham, na prática, às iniciativas e políticas antipopulares do bloco burguês liberal e de seu governo.

70) No entanto, nos parece pouco provável que a pequena burguesia burocrática que hoje constitui a direção do pacto social venha a romper com esta trajetória e retorne a uma posição de defesa dos trabalhadores. Uma vez centralizadas pelo bloco conservador e pelas necessidades de sobrevivência, se tornarão nossos inimigos e devem ser tratados como tal.

71) Ao mesmo tempo em que o campo conservador se aglutina mais decisivamente em torno do projeto do atual governo, submetido à governabilidade institucional burguesa, as opções e caminhos trilhados pelo bloco de forças hegemônicas pelo PT, com seu alinhamento claro aos interesses do grande capital, levam setores, antes sob sua influência, a cada vez mais perceberem seu real caráter. No processo concreto de algumas lutas políticas e sociais, tais como a luta “O Petróleo tem que ser nosso”, na solidariedade internacional e na luta antiimperialista, na luta pelos direitos dos trabalhadores e na luta pela terra, temos nos encontrado com setores sociais que se deslocam do campo de influência do atual governo e mesmo daqueles que apenas pontualmente se aproximam das lutas de resistência aos ditames do capital.

72) A ação pontual necessária não compromete a independência política do PCB e sua postura de oposição ao atual governo, o que comprova nossa afinidade e unidade de ação com partidos e organizações de esquerda do campo de oposição ao governo Lula. Entretanto, a unidade das ações pontuais não se transfere para a política e tática eleitorais, as quais estão subordinadas à nossa estratégia, nos marcos da Frente Anticapitalista e Antiimperialista, e de acordo com nossas análises sobre a conjuntura política.

A via estratégica da revolução Socialista no Brasil: hegemonia e contra-hegemonia.

73) A definição de uma estratégia socialista não significa uma postura mecânica sobre a via revolucionária. Não há vinculação mecânica entre a estratégia e a via revolucionária. A via revolucionária deve ser definida pelas condições imediatas de luta, de correlação de forças, levando-se em conta a história e a cultura política da classe trabalhadora, as ações do inimigo e seus instrumentos de luta e de poder.

74) Na história dos trabalhadores brasileiros foram utilizadas diferentes formas de luta, desde a greve geral revolucionária de 1917, o levante de 1935, a resistência armada camponesa vitoriosa em Trombas e Formoso (em meados da década de 1950), a guerrilha do Araguaia (1969-74), a luta de massas (1955/1964), a resistência através de frente democrática (1964 a 1986), a luta armada (1968/1972), a ação de massas voltada a acúmulos eleitorais (1980/2002), entre outras. A via revolucionária não se resume à exclusividade de uma das formas de luta, mas é a combinação efetiva de todas as formas de ação em um plano geral que seja capaz de viabilizar, com coerência e unidade, a efetivação do objetivo estratégico. Como dizia Che Guevara, a qualidade de um revolucionário se mede por sua capacidade de aplicar todos os meios possíveis de luta e explorá-los ao máximo, sem perder a coerência de

sua estratégia, ou, como dizia Lênin: devemos combinar a flexibilidade tática com a firmeza estratégica.

75) Nas condições históricas do Brasil e conhecendo a trajetória da luta de classes no país, acreditamos que a libertação de nosso povo só será possível através da revolução, na qual os trabalhadores derrotem a burguesia, conquistem o poder político e iniciem a construção de uma sociedade socialista. A tarefa fundamental do proletariado, no poder político, consiste em destruir o Estado burguês e assentar as bases do Estado de todos os trabalhadores. Nesta tarefa, o Estado proletário converte os meios de produção em propriedade do Estado. Com o fim da propriedade privada e a consequente superação da estrutura de classes, o Estado vai perdendo a sua necessidade de existir, mas isso só acontecerá quando a correlação de forças em nível mundial estiver definitivamente favorável aos trabalhadores.

76) Em nossas condições particulares, há a necessidade de uma efetiva combinação de lutas simultaneamente dentro e fora da ordem, ou seja, a plena combinação de formas de luta legais com formas legítimas, mas não institucionais, fora dos limites da ordem burguesa. Ou seja, a luta política pode ser realizada de diversas formas, mas deve-se ter sempre claro que o objetivo estratégico implica no rompimento com a ordem vigente e o estabelecimento da ordem socialista. A ruptura com a legalidade presente, portanto, ocorrerá em algum momento da luta revolucionária. O Partido Comunista, para ser vanguarda do proletariado, não pode descartar nenhuma forma de luta. Ou melhor, em sua longa caminhada rumo ao poder deve combinar todas as formas de luta, desde as mais embrionárias até a luta aberta contra o regime capitalista. Deve ter a compreensão de que até hoje não se fez nenhuma revolução sem o uso de alguma forma de violência. Não porque o proletariado seja adepto da violência, mas porque a burguesia sempre apela à violência para manter seus privilégios seculares. Portanto, é importante que o partido seja educado nessa perspectiva para não sofrermos derrotas como sofrermos no passado, exatamente por não termos organizado nossa militância e as massas para atuarem em qualquer situação.

77) A burguesia também organiza seu poder combinando instrumentos de participação política com a coerção, inclusive com o uso da violência, quando seus interesses são contestados. Ao mesmo tempo em que abre espaços para a atuação política – meio pelo qual inclusive se opera a cooptação essencial à manutenção da hegemonia burguesa – coloca a defesa da ordem e de seus interesses de tal forma truculenta que qualquer transformação social no sentido anticapitalista pressupõe, em algum momento, um processo de ruptura. No entanto, estamos convencidos de que não há ruptura sem um grande processo político de acúmulo de forças e ação de massas revolucionária, assim como não há acúmulo político que chegue a transformações sociais significativas sem ruptura. A dimensão territorial de nosso país, a unidade do bloco conservador e seu poder econômico, político, militar e ideológico e sua consolidação num quadro institucional/legal legitimado por uma sociedade civil-burguesa, determina que a ação revolucionária deva ser realizada de várias formas, de acordo com as condições objetivas da realidade concreta da luta de classes em cada região.

78) A institucionalidade política nos marcos da hegemonia liberal burguesa cercou-se de uma legitimidade oriunda das lutas democráticas e sociais contra a ditadura e pela participação de organizações que surgiram respaldadas por grandes setores de massa da própria classe trabalhadora. No entanto, o resultado deste longo processo de institucionalização da luta política se apresenta hoje como a rendição a formas viciadas e tradicionais do fazer político, cercada de fisiologismo, corrupção, manipulação da base de massas para fins eleitorais, controle autoritário das máquinas políticas, personalismo e caciquismo, simbiose com o capital para financiar as campanhas, comprometimento dos candidatos com os esquemas que os financiaram e desvios burocráticos no controle dos mandatos e cargos governamentais.

79) Esse processo também consolidou uma cultura passiva da maioria dos trabalhadores em relação às eleições, uma divisão social e técnica do trabalho político-eleitoral na qual cabe a militantes profissionais a condução das campanhas, apenas para certas lideranças o papel de candidatos, e aos trabalhadores resta o papel de eleitores. Descaracterizaram-se os programas como expressão de interesses reais das classes, transformando-os em peças de marketing político, quando não em puro oportunismo eleitoral. Tudo isso nos leva a afirmar que, se por um lado, consolidou-se uma cultura política institucional voltada ao processo eleitoral e parlamentar que legitima o domínio burguês, ao mesmo tempo há um evidente desgaste deste caminho aos olhos da maioria dos trabalhadores, no que se refere à capacidade de que este processo conduza à real solução de seus problemas. Por outro lado, a desigualdade das condições de disputa eleitoral é cada vez mais desfavorável para candidaturas contestadoras da ordem.

80) O horizonte central de nossa via revolucionária deve ser a constituição de uma contra-hegemonia, através da consolidação do Bloco Revolucionário do Proletariado, numa aliança de classe capaz de contrapor ativa e decididamente ao poder liberal burguês um poder proletário e popular, organizado e centralizado, capaz de unificar as diversas demandas particulares em um programa geral de lutas e uma proposta historicamente independente. Ao mesmo tempo, é necessário ir construindo, a partir de agora, a partir da velha ordem, um duplo poder, uma ordem institucional e política própria dos trabalhadores, fundada e fundante de uma nova cultura proletária e popular, capaz de dar unidade ao bloco proletário e colocá-lo em movimento na luta contra a ordem conservadora.

81) A construção do poder proletário/popular não se resume à mera negação institucional ou qualquer tipo de paralelismo autonomista, mas ocupa ativamente todos os poros da institucionalidade atual, guiada por um projeto histórico de negação da ordem capitalista, portanto, partindo da afirmação revolucionária segundo a qual os meios necessários à vida não podem ser apropriados privadamente, que nenhum ser humano pode se apropriar de outro para transformá-lo em mercadoria, que os bens de primeira necessidade e os serviços necessários à produção e reprodução social da vida são patrimônio de toda a humanidade e não podem ser apropriados privadamente.

82) Portanto, é preciso criar uma nova forma de associação e sociabilidade através das manifestações de resistência da classe trabalhadora, dotando-a de dimensão política, pela compreensão das raízes e determinações de cada problema particular e ao relacioná-los com a totalidade da ordem capitalista a ser negada. É preciso dotar as ações políticas de uma dimensão organizativa e disciplinada, culturalmente solidificada, e somar na construção de um grande movimento político de massas que tenha por objetivo a implantação do socialismo no Brasil.

83) Propomos a construção de órgãos de poder proletário e popular que, atuando na forma de conselhos autônomos da classe trabalhadora, exercitem o processo de gestão e deliberação sobre os assuntos que dizem respeito diretamente às massas trabalhadoras, além de ações diretas para solucioná-los. Em todas as instâncias da sociedade, é necessário organizar a resistência dos trabalhadores: por locais de trabalho, para fazer frente à arbitrariedade do capital; nos locais de moradia, para garantir a segurança e melhores condições de vida; onde for preciso, tomar iniciativas de trabalho e produção cooperativadas, lutar por acesso à saúde, educação e serviços fundamentais, não apenas como ampliação de serviços públicos, mas pelo controle do processo e da qualidade da execução das políticas públicas.

84) Será preciso organizar formas de abastecimento e controle popular de distribuição, potencializar as formas autônomas de trabalho e vida e vinculá-las aos trabalhadores de diferentes campos e profissões, desenvolver uma solidariedade ativa entre as categorias e setores sociais, fomentar interesses comuns e a necessidade de uma nova forma de

organização da produção social da vida para além do mercado e da lógica do capital. E ainda: organizar a cultura proletária e popular como acesso e produção universal de bens culturais, formação política, conhecimento da história, do funcionamento da sociedade e da luta internacional dos trabalhadores, e como capacitação técnica e profissional.

85) Onde os limites da institucionalidade liberal burguesa impedirem a plena realização da humanidade, é necessário criar experiências inovadoras de ação: ocupar e recuperar fábricas e empresas e colocá-las em funcionamento sob o controle dos trabalhadores; ocupar os latifúndios e colocar a terra a serviço da produção cooperativada, sob a direção dos trabalhadores rurais. Trata-se de tomar uma atitude ativa diante dos diversos problemas concretos que surgirem e radicalizar soluções, ocupando e tomando para o poder proletário e popular a tarefa de enfrentar estes problemas, não no sentido de substituir as políticas públicas e o dever do Estado, mas de denunciar sua omissão criminosa e construir outra institucionalidade.

86) Propomos centralizar todas as iniciativas em órgãos mais abrangentes de poder proletário e popular, abarcando realidades regionais, conglomerados metropolitanos até a dimensão estadual, para finalmente propor a criação de um Poder Popular como duplo poder de resistência e confronto ativo com o bloco liberal burguês, de forma a contrapor duas alternativas distintas de organização societária: a manutenção da ordem capitalista ou a necessidade de uma nova ordem socialista. Nossa principal meta estratégica é ir demonstrando a superioridade das formas de organização popular e criar as condições para que o debate político se dê em torno desta questão programática e histórica sobre a forma de sociedade que queremos, distanciando-se do mero confronto de siglas vazias de conteúdo, de programas de marketing político que reproduzem uma lista de necessidades e apresentam soluções milagrosas que logo em seguida serão abandonadas pelo pragmatismo oportunista.

87) A via estratégica para a Revolução Socialista no Brasil, considerada como luta pela criação de um Poder Popular, se propõe a utilizar todos os meios para apresentar sua proposta política, como expressão de um bloco histórico hegemônico pelo proletariado. As classes que hoje disputam a política brasileira excluam a questão proletária da pauta, maquiando uma posição pequeno-burguesa rebaixada como sendo a representante dos trabalhadores. Nossa tarefa é garantir que o projeto proletário e socialista entre novamente no debate, como expressão dos interesses reais, imediatos e históricos das classes trabalhadoras sob seu protagonismo direto.

88) O desfecho da Estratégia Socialista de construção de um Poder Popular não pode ser definido de antemão, mas é nosso dever e responsabilidade nos preparar para os diversos cenários que podem se apresentar. Assim, devemos estar preparados para defender a alternativa socialista contra a violência da reação burguesa e seus aliados, inclusive, se necessário, através da autodefesa e do direito de rebelião.

Tática política imediata:

89) O principal desafio do PCB é construir as pontes táticas que nos permitam criar as condições de desenvolver nosso projeto estratégico pelo socialismo no Brasil. Neste caminho, a conjuntura imediata é de grande importância. Enquanto parte das forças políticas que atuam no cenário brasileiro, inclusive do campo de esquerda, jogam suas fichas cada vez mais na pauta do processo eleitoral, o PCB deve afirmar que é essencial que os próximos períodos sejam marcados por intensas mobilizações, resistências, lutas e árduas tarefas de organização e formação política, capazes de lançar as bases de um projeto de Poder Popular para o Brasil.

90) O PCB deve incentivar a elaboração de um calendário nacional de lutas centrado na resistência dos trabalhadores à ofensiva do capital em função da crise, tendo como lema *nenhum direito a menos*, a defesa do emprego e do salário, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, pela manutenção e ampliação das verbas para educação e saúde, visando atrair para a luta os trabalhadores e os setores mais necessitados da população, além de combater qualquer forma de subsídio para o capital monopolista. Devemos propor a criação de comitês e organismos de mobilização que sejam germes do Poder Popular e que caminhem para a proposição de um grande Encontro Nacional, nos marcos do projeto de construção da Frente Anticapitalista e Antiimperialista, envolvendo todas as organizações e movimentos populares e revolucionários, para elaboração de um programa estratégico e tático do Poder Popular. Este programa deve ser uma plataforma política capaz de dar unidade a um novo bloco proletário e formar a nossa ação contra-hegemônica como base para uma alternativa real de poder dos trabalhadores.

91) Não podemos vincular a elaboração deste programa e a mobilização social de resistência e luta ao calendário e a alternativas no campo eleitoral. Não que, em tese, descartemos a via eleitoral, através da qual surgiram vários processos de mudanças em diversos países da América Latina, que podem vir a assumir um caráter socialista, a depender da correlação de forças e do protagonismo do proletariado. Mas a vitória eleitoral de forças de esquerda só é possível de ocorrer e, sobretudo, de servir de impulso a mudanças políticas e sociais, quando contextualizadas num forte movimento de massas, o que não é o caso da conjuntura brasileira atual. No caso brasileiro, pelo menos nesta quadra, a participação de nosso Partido no processo eleitoral tem como principal objetivo a denúncia do capitalismo, a propaganda do socialismo, a contribuição para a organização popular e para a luta de resistência e a inserção de propostas políticas que elevem a qualidade do debate eleitoral e credenciem o PCB como sujeito político revolucionário, comprometido com as grandes demandas dos trabalhadores.

92) É de interesse dos comunistas que tanto a mobilização e as lutas, como o projeto de construção da Frente Anticapitalista e Antiimperialista e a elaboração do programa contra-hegemônico sejam os mais amplos e unitários possíveis no campo da esquerda orientada ao socialismo, com a ruptura do capitalismo e não com reformas. O mais importante é a criação e o desenvolvimento de um novo polo político socialista de massas com disposição de construir as condições de disputar o poder na perspectiva do socialismo, com a incorporação de amplos setores de massa desgarrados do projeto conciliador do pacto social, com prioridade para setores de massa e organizações políticas que têm se mantido em luta contra o Estado burguês e sua opressão de classe.

ANEXO I - Eixos fundamentais da luta estratégica

O processo de transição para as transformações revolucionárias envolve um conjunto de medidas econômicas e políticas, cujos elementos constitutivos definem o rumo das transformações e criam as condições objetivas para que sejam mais profundas. Nesse sentido, colocamos para todas as forças que poderão vir a constituir o Bloco Revolucionário do Proletariado um conjunto de propostas como marco inicial de um programa de transição comum de todas as forças anticapitalistas brasileiras.

I - Ações políticas na construção do Bloco Revolucionário:

1. Constituir, como objetivo central de todas as forças anticapitalistas, a conformação do Bloco Revolucionário do Proletariado, como instrumento privilegiado para a realização das transformações sociais no Brasil. O Bloco Revolucionário será o instrumento para construir uma hegemonia política, econômica, cultural, filosófica e moral na sociedade burguesa, portanto uma contra-hegemonia ao modo de produção capitalista.
2. Desenvolver esforços, nacionalmente e em todos os Estados, no sentido de reforçar o trabalho de unidade dos revolucionários brasileiros para a constituição de uma Frente Política e Social Permanente de caráter Antiimperialista e Anticapitalista na perspectiva do Socialismo, sem confundi-la com uma mera coligação eleitoral, composta por organizações políticas e sociais, baseada na unidade de ação no movimento de massas e, através desta Frente, lutar pela construção de uma rede de organizações sociais e populares no interior da ordem burguesa, como instrumento de construção do Poder Popular, buscando politizar as representações sociais e de massas e transformá-las em espaços alternativos de construção dos elementos embrionários da futura sociedade socialista, contribuindo assim para a constituição do Bloco Revolucionário do Proletariado. No âmbito da luta anticapitalista, nos defrontaremos com um conjunto de tarefas antiimperialistas, seja na confrontação com o grande capital monopolista, seja nas expressões políticas e militares e nas pretensões hegemônicas e geopolíticas mundiais do sistema de Estados que o representa.
3. Lutar pela construção de um instrumento intersindical nacional, que reagrupe o sindicalismo classista, de forma a organizar o processo de luta contra o capital, bem como organizar os trabalhadores pela base a partir das fábricas, dos campos e dos locais de trabalho em geral.
4. Desenvolver um trabalho ideológico no sentido de reafirmar a necessidade do Socialismo no Brasil. Continuar a luta pelo desmascaramento tanto das posições socialdemocratas e social-liberais como das "esquerdistas" no seio do movimento operário e sindical, da juventude e da esquerda em geral, e disputar os quadros revolucionários que estão descontentes com o rumo de suas organizações.
5. Combinar o trabalho nas entidades institucionais dos trabalhadores e do povo, com a luta não institucional, com criatividade e ousadia, como resposta organizada dos trabalhadores e do povo em geral contra a ofensiva do capital neste momento de crise.
6. Continuar na oposição aos governos social-liberais, no entendimento de que governam para os oligopólios, banqueiros e latifundiários e tendem a aprofundar essa aliança conservadora diante da crise, bem como realizar a ofensiva contra salários, direitos e garantias dos trabalhadores.
7. Lutar pela democratização dos meios de comunicação, hoje um oligopólio dominado no Brasil por pouquíssimas famílias, autoritário, manipulador e ferrenho defensor dos interesses mais reacionários do capital financeiro nacional e internacional. Desenvolver esforços para a construção de uma rede de comunicação alternativa, que envolva a

internet, TVs e rádios comunitárias, jornais sindicais e de bairro, bem como outros instrumentos de luta ideológica contra o capital.

8. Construir e fortalecer os organismos de juventude dos diversos partidos e organizações que comporão a Frente Anticapitalista e Antiimperialista em todas as cidades e regiões em que estiverem organizados, de forma a influir na construção de uma política para a juventude brasileira, como forma de politizar as lutas juvenis para o campo da revolução e resgatar as entidades históricas da juventude para o terreno da combatividade.
9. Na luta contrária à indústria cultural capitalista e à mercantilização da arte, da produção intelectual e do conhecimento, desenvolver uma política voltada à plena liberdade de produção artística, cultural e intelectual e pela criação de amplos espaços para as manifestações artísticas e culturais populares, como parte inseparável da luta pela emancipação humana. Neste sentido e lutando contra a mera instrumentalização política da produção intelectual e artística, devemos nos dedicar à organização de bases e comitês culturais.

II - Propostas para um programa de transição ao socialismo:

- a) Estatização e controle popular das instituições financeiras, dos oligopólios e empresas estratégicas, passando sua direção para os conselhos de trabalhadores e colocando a espinha dorsal da economia a serviço da população brasileira.
- b) Estruturar uma política econômica que construa as bases de uma economia socialista. Essa política terá a tarefa de modernizar o parque industrial brasileiro, desenvolver ou criar setores de ponta em que tenhamos vantagens comparativas, de forma a suprir o mercado interno de forma autossustentada; desenvolver uma agressiva política de incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, envolvendo universidades, institutos de pesquisas governamentais e empresas públicas.
- c) Instituir o monopólio cambial, com objetivo de resgatar a soberania nacional, estancar a saída das reservas internacionais do país e planejar a política cambial de acordo com os interesses nacionais e da população.
- d) Declarar a moratória da dívida interna e instituir uma auditoria, com imediata suspensão dos pagamentos de todas as formas de juros dessa dívida, visando estancar a sangria de pagamentos de juros, cujos montantes vêm sugando crescentemente o orçamento público e reduzindo as verbas para os serviços básicos da população.
- e) Reforma agrária sob o controle das organizações dos trabalhadores, de forma a democratizar a posse da terra, especialmente com a construção de grandes cooperativas agropecuárias para racionalizar o sistema produtivo e ampliar a oferta de produtos básicos, instituir uma nova política agrícola de acordo com os interesses da população.
- f) Instituir garantias de emprego para todos os trabalhadores e realizar um programa de recuperação do poder de compra dos salários, discutido com os sindicatos. Redução da jornada de trabalho sem redução do salário, visando ampliar o emprego e a renda da população. Promover políticas em favor dos aposentados, buscando a recuperação do poder de compra dos proventos e a melhoria da qualidade de vida.
- g) Desenvolver política de transportes públicos de qualidade nos grandes centros urbanos, com ênfase no metrô e veículos leves sobre trilhos para as grandes metrópoles, bem como uma rede ferroviária e hidroviária para o transporte de produtos industrializados e mercadorias em geral.

h) Criar o Banco dos Trabalhadores, que passará a controlar os fundos patrimoniais e previdenciários, dando novas diretrizes, orientações e prioridades para o extraordinário volume de recursos hoje geridos, na lógica do capital, por entidades paraestatais.

i) Realizar a reforma urbana, com a desapropriação de espaços urbanos ociosos destinados à especulação, para a construção de praças, parques e habitações populares nas grandes metrópoles, de forma a zerar o déficit habitacional nessas regiões e expandir o programa para todas as cidades do país.

j) Estatização do sistema de saúde e a ampliação da rede pública de saúde, garantindo acesso a todos os níveis e atenção à saúde de toda a população, com a instituição do programa de saúde da família, visando garantir o preceito constitucional de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

k) Estatização de todo o sistema de ensino nacional, especialmente das universidades privadas e escolas particulares, e implantação de uma ampla reforma na educação que possibilite no médio prazo a criação de uma escola de qualidade para todos, da educação infantil ao ensino superior, além da pós-graduação.

l) Erradicar o analfabetismo em todo o país, instituindo uma política nacional de alfabetização.

m) Restabelecer o monopólio estatal do petróleo, reestatizar 100% a Petrobrás, extinguir a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e anular todos os contratos de risco e leilões realizados em território brasileiro.

n) Realizar uma política ativa de integração soberana e antiimperialista na América Latina, mediante o fortalecimento dos instrumentos atualmente existentes, como a ALBA, Banco do Sul e Unasul e criar outros mecanismos que possibilitem uma integração mais rápida dos países latino-americanos; devolução do Arquivo Nacional do Paraguai e renegociação do acordo de Itaipu; apoio aos processos de mudanças na Bolívia, no Equador, na Venezuela e em outros países. Lutar pela retirada da Quarta Frota dos mares da América do Sul, pelo fim das bases militares na Colômbia e pela retirada dos Estados Unidos da base de Guantánamo.

o) Estabelecer uma política externa antiimperialista, pela paz entre os povos e de solidariedade efetiva aos povos e países em luta pela autodeterminação e soberania; retirada das tropas brasileiras do Haiti e posicionamento do Brasil pelo fim do bloqueio a Cuba, pelo fim da ocupação militar no Iraque, Afeganistão e na Palestina, com apoio à criação do Estado Palestino.

p) Instituir uma política ambiental que preserve as florestas, a biodiversidade, os rios e fontes aquíferas, que recupere o solo, os diversos biomas nacionais e que desenvolva um sistema de saneamento integrado à nova política de meio ambiente, capaz de levar esgoto tratado e água potável para toda a população.

q) Fortalecer o sistema de defesa do país com todos os equipamentos necessários para que haja condições efetivas de se defender do imperialismo, enquanto nação soberana, tanto no que se refere ao território, especialmente a Amazônia, bem como as águas territoriais brasileiras e as riquezas nelas encontradas. Reestruturar as Forças Armadas dentro de uma nova doutrina de segurança popular, cujos elementos centrais serão sua transformação em instrumento a serviço da população e do Poder Popular.

ANEXO II - Desdobramentos táticos da estratégia socialista

O fato de apontarmos para uma estratégia socialista não significa subestimar mediações táticas capazes de colocar em movimento os trabalhadores para a luta imediata. Sabemos que a meta socialista necessita, em grande medida, ser construída como parte de uma contra-hegemonia que se oponha ativamente à hegemonia burguesa. Nossa estratégia tem por objetivo imediato difundir e propagandear a necessidade do socialismo, mas isso não significa que não seja possível começar a realizar esta tarefa a partir das lutas imediatas e da atual conjuntura da luta de classes no Brasil, tendo como eixo tático central fortalecer espaços de resistência e luta unitários, como o Fórum Nacional de Lutas. Propomos a concentração de esforços em torno das seguintes ações políticas táticas, listadas aqui sem qualquer ordem de hierarquia:

1 – A potencialização das lutas de resistência dos trabalhadores contra o projeto liberal burguês e seus efeitos mais imediatos, principalmente no quadro de crise que desmascara as aparências enganosas do ciclo recente que encobriu a exploração, mediante a inclusão no mercado de consumo, via crédito ou auxílios assistencialistas de algumas camadas mais pobres da população. Esta primeira tarefa tática implica em tornar visível a invisibilidade da exploração e da pobreza. A versão idílica governamental e dos fanfarrões da pequena burguesia política é a de que o nosso país passou pelo “melhor período de sua história”, nunca se teria crescido tanto, o emprego aumentou, a miséria diminuiu, os lucros cresceram, as empresas e o Estado investiram, e tudo ocorreu da melhor forma no melhor dos mundos.

2 – A resistência contra a precarização do trabalho e a perda de direitos. A bandeira “*Nenhum direito a menos*” deve ser ativa e massiva, buscando mobilizar os trabalhadores do setor produtivo, os funcionários públicos e demais trabalhadores para que não aceitem arcar com o ônus da crise e para que se organizem de forma permanente contra a exploração capitalista. Neste aspecto, torna-se fundamental a construção e fortalecimento da INTERSINDICAL, na perspectiva de caminhar para a convocação de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) que dê passos decisivos para a formação de uma nova Central Sindical, unitária e combativa. Como instrumento de ação partidária no movimento sindical, devemos avançar na organização da Unidade Classista, visando à reconstrução do movimento sindical brasileiro com base nos seguintes pressupostos:

a) Mobilização permanente. É necessário mobilizar os trabalhadores em torno das suas reivindicações, desde as lutas pela melhoria das condições de trabalho na empresa até as lutas nacionais em defesa dos direitos e conquistas, tendo como centro o local de trabalho;

b) Trabalho de formação. A formação deve desvelar as relações de exploração na sociedade capitalista e despertar a necessidade da luta contra o capital e a superação do modo de produção capitalista;

c) Politizar a luta econômica. A luta por salário e por condições de trabalho é um aprendizado. Cada luta deve ressaltar a fragilidade das conquistas e despertar para a necessidade de lutas unificadas;

d) Desenvolver a solidariedade de classe e o internacionalismo. A luta de uma categoria em particular é a luta de toda a classe. A solidariedade e o internacionalismo consolidam a consciência de classe e a combatividade;

e) Fortalecer a organização por local de trabalho. A empresa deve ser o centro de gravidade da atuação sindical. A OLT deve cuidar, porém, de evitar a cooptação e a subestimação do papel do sindicato como unificador e coordenador da luta;

f) Organizar os trabalhadores por ramo de produção. O sindicato por ramo deve englobar todos os trabalhadores, independente de ser terceirizado ou não, se o contrato é efetivo ou temporário, se o trabalhador está em uma atividade fim ou atividade meio no processo produtivo. Esta é a maneira mais eficaz de construir a unidade dos trabalhadores no quadro de fragmentação imposto pelo capital. A constituição de sindicatos por ramo ultrapassa os limites da legislação, mas deve ser objetivo dos comunistas no movimento sindical;

g) Democratização da estrutura, coletivização das decisões. A democracia no interior da classe é a maior arma contra a burocracia e o peleguismo;

h) Participação em lutas nacionais unificadas. Sem essa participação, as categorias vão para o isolamento e se enfraquecem. A luta de um é a luta de todos.

3 – A intensificação da luta estudantil, não apenas como forma de resistência contra o processo de mercantilização do ensino, mas também para dotar o movimento estudantil de uma ação solidária junto à luta dos trabalhadores e como ator essencial na generalização de nossa proposta de Poder Popular, visando articular iniciativas concretas de ação cultural, política e organizativa que deem forma aos órgãos de poder proletário e popular, além da solidariedade concreta às lutas dos trabalhadores.

a) A UJC/PCB deve fortalecer sua atuação junto aos jovens trabalhadores, nas lutas contra o desemprego, a perda de direitos e a precarização do trabalho, em sintonia com o trabalho político e sindical do Partido.

b) E deve intensificar, qualificar e potencializar sua atuação no conjunto do movimento estudantil brasileiro, buscando levar a cabo a luta contra-hegemônica no interior do movimento estudantil e de suas entidades, tais como a UNE, a UBES, UEEs e demais organizações de base. O papel dos jovens comunistas é a reconstrução do movimento estudantil brasileiro pela base e por suas entidades representativas, para que retomem sua independência e legitimidade. Esta ação não se dará através da mera disputa pelos aparelhos e cargos nas organizações estudantis, mas por intermédio de incisiva atuação dos comunistas nas entidades de base, nas escolas e universidades, para que o movimento estudantil retome sua ação protagonista nas lutas pela educação pública emancipadora e pela formação de uma universidade popular, capaz de produzir conhecimento a serviço da classe trabalhadora e contribuir para a consolidação da contra-hegemonia proletária.

c) No lugar da manutenção das normas de cunho liberal burguês nas entidades, devemos lutar por formas de organização que aprofundem processos de construção democrática, onde o poder possa ser exercido por conselhos de base, mandatos sejam revogáveis e a questão financeira não seja central no processo de composição política das entidades.

d) Os jovens comunistas participam ainda das lutas contra a expansão do ensino superior privado, cujo processo avança através das fundações, das renúncias fiscais e da falsa democratização do acesso com programas como o PROUNI; contra a desestruturação do ensino superior público, no entendimento de que projetos como a Reforma Universitária e o REUNI (que aumenta os gastos sem aumentar o financiamento) e programas de ensino à distância, em seu conjunto, servem para aprofundar a incorporação da universidade à lógica da divisão internacional do trabalho; contra a desestruturação do ensino básico público e a precarização do trabalho do professor.

4 – A dinamização do movimento popular, articulando-o ao processo de participação na construção de um programa revolucionário e socialista para o Brasil. Devido ao seu caráter, o

movimento popular pode assumir um papel decisivo na construção das iniciativas de uma institucionalidade proletária e popular, ultrapassando o papel de objeto passivo de políticas públicas e da pirataria do terceiro setor, para assumir o protagonismo de políticas concretas de construção ativa da contra-hegemonia, através de iniciativas de produção, consumo, moradia, educação, cultura, saúde e formas solidárias de vida e ação política. O movimento popular é nosso principal meio para estabelecimento dos órgãos de poder popular nas localidades de moradia dos trabalhadores e um caminho para chegar aos locais de trabalho. Outro desafio em relação ao movimento popular é dotá-lo de unidade programática e política e contrapô-lo ao atrelamento assistencialista e à cooptação das políticas governamentais ligadas ao oportunismo eleitoral. A coexistência, em vários casos, com a economia política da criminalidade, envolverá também desafios de organização para autodefesa.

5 – O reforço da organização específica das mulheres. Submetidas à opressão de gênero e de classe, as mulheres fazem parte da luta geral de emancipação de maneira particular. A especificidade da questão de gênero exige políticas de mobilização e organização próprias que permitam uma radical afirmação de um feminismo socialista que seja capaz de mobilizar as mulheres não apenas para buscar suas demandas específicas, mas também conclamar a organização dos elementos do Poder Popular e de nossas metas estratégicas socialistas. Neste aspecto, as lutas contra a discriminação no trabalho, pelo direito ao atendimento de saúde especializado, contra a violência doméstica, pelo direito ao aborto, são meios essenciais para organização e mobilização das mulheres rumo ao projeto socialista, sendo fundamental, para tal, dinamizar o Coletivo Ana Montenegro como instrumento de organização e intervenção das comunistas junto aos movimentos de mulheres.

6 – A intensificação da solidariedade ativa na luta pela terra. Não apenas na solidariedade concreta com as ações independentes dos movimentos que lutam por terra no Brasil, mas a ação de interligação de lutas, auxiliando-os na organização sindical do proletariado rural. A vinculação das lutas urbanas com as lutas rurais, seja por terra, seja pela sobrevivência dos assentamentos como áreas de construção de relações em dissidência com a lógica do mercado e do capital, é um ponto estratégico de construção do Poder Popular e da Revolução Socialista no Brasil. O PCB deve dar prioridade a esta relação e se colocar decididamente na construção das condições que permitam o desenvolvimento efetivo da relação com os movimentos que lutam por terra e que colocam o socialismo como sua meta estratégica.

7 – A intensificação da atuação no interior do movimento negro, que, dentre os movimentos sociais, destaca-se por apresentar, em sua origem e sua essência, um aspecto característico da luta de classes no Brasil, pois surge do conflito entre escravos e proprietários. No entanto, setores deste movimento perderam o foco da luta na centralidade do trabalho e atêm-se, hoje, a uma perspectiva que visa somente atender demandas imediatas de combate à discriminação, à conquista de limitados direitos e ao acesso a políticas públicas nos marcos do capitalismo. Por sua abrangência e visibilidade, o movimento negro, nas últimas décadas, vem exercendo influência na constituição de espaços institucionais, tais como secretarias especiais e conselhos de direitos, nos quais, salvo raras exceções, se intensificam práticas de cooptação e de subordinação dos militantes a projetos políticos das forças que representam os interesses do capital. Cabe aos comunistas o combate sem tréguas ao racismo, onde quer que se manifeste – de forma aberta ou velada – e a disseminação da consciência de que não há possibilidade de sua completa eliminação nos marcos do capitalismo. Atuando através do Coletivo Minervino de Oliveira, os comunistas devem contribuir para fazer do movimento negro um dos fatores de dinamização do processo revolucionário e de construção do Socialismo no Brasil.

8 – A fomentação de um amplo movimento político cultural em defesa do Socialismo que envolva a solidariedade internacionalista e o resgate das experiências revolucionárias internacionais, com especial destaque para a Revolução Soviética e Cubana. Este campo de

ação envolve uma ofensiva radical na formação política e a combinação com atividades culturais capazes de forjar um movimento de massas inovador e criativo de resgate da cultura revolucionária, seus principais personagens e ícones, as datas marcantes de nossa história, mas também de criação de bens culturais, de conjuntos musicais, de poetas e artistas plásticos capazes de expressar o que há de mais avançado na produção artística e cultural, ao mesmo tempo em que possam antagonizar com o estranhamento produzido pelo capitalismo, desenvolvendo a consciência acerca da necessidade de emancipação humana através da revolução socialista.